



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Percepções dos Kayanas que transitam entre Fronteiras.

Autoria: Pedro Sergio Dantas da Silva Carvalho (Au), Victor Ferri Mauro

A literatura sobre a história do povo Terena tem suas discordâncias quando o assunto são os marcos temporais, entretanto, seja ela indígena ou não, a literatura é sempre pacífica no que diz respeito a habilidade agrícola e diplomática desse povo, conforme se verifica desde os relatos de Sanches Labrador e Hercule Florence às produções de Leosmar Antônio e Luiz Henrique Eloy. O presente estudo parte das reflexões realizadas junto a um grupo de anciões (Kayanas) da Terra Indígena Cachoeirinha associados ao Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade ? CAIANAS e que transitam nas fronteiras simbólicas do Estado e das Organizações da Sociedade Civil, articulando parcerias, discutindo o interesse das comunidades a que pertencem e cobrando, sobretudo da administração pública, o devido respeito aos seus direitos. A partir desse cenário e do work etnográfico desenvolvido junto aos Kayanas, busca-se discutir os conceitos diferença, mobilidade e fronteiras simbólicas tendo como base as percepções dos anciões em casos específicos vivenciados por eles nos últimos anos, bem como o significado dessas práticas para a cultura dos povos Terena. Considerando o formato da proposta deste work a revisão histórica é breve e diz respeito aos elementos da habilidade agrícola e diplomática dos povos Terena presentes na literatura consultada, de modo que o foco restará sobre a discussão dos dados etnográficos colhidos e os conceitos de diferença mobilidade supracitados. De fato, a partir os dados etnográficos demonstram um considerável empenho dos Kayanas para com as articulações que estabelece, mas só essa constatação não sustenta a etiqueta de etnográfico ao presente work, de modo que resta nele discutir qual o significado da ação do Kayanas nas fronteiras simbólicas na cultura e identidade Terena. Por mais que este estudo é apenas uma parte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em



Antropologia Social da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul ? PPGAS/UFMS, propõe-se que o mesmo sirva de base para as futuras políticas públicas e parcerias a serem estabelecidas com os povos indígenas da TI Cachoeirinha, dando suporte na compreensão dos interesses e necessidades das comunidades em respeito aos seus costumes e tradicionalidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: